

APRESENTAÇÃO

A Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva apresenta-se como um relevante mecanismo de difusão da pesquisa científica, da análise crítica do Direito e de fomento à produção intelectual na área jurídica, sob uma perspectiva interdisciplinar de estudo, tendo por arcabouço o contexto do Estado Democrático de Direito.

Vivemos um momento de mudanças inexoráveis na sociedade contemporânea, que refletem a complexidade da realidade que nos permeia, e que dialoga com o necessário processo de reconstrução dos paradigmas do Direito.

O presente número inaugurou a nova fase da Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva, norteada por inúmeras transformações em seus processos na busca de uma qualidade de excelência ao periódico. A partir desse número, adotou-se a periodicidade quadrimestral, o fluxo contínuo na submissão dos trabalhos, e, a fixação de uma temática central para a Revista: ***Estado Democrático de Direito e Solução de Conflitos***.

Houve a ampliação do Conselho Editorial, composto por professores Doutores de renomadas instituições de ensino nacionais e internacionais, responsável pela linha científica da Revista, qualidade da produção intelectual e seleção dos trabalhos, bem como, do Conselho de Pareceristas, formado por professores Doutores e Mestres, de instituições de ensino nacionais e internacionais, responsável pela avaliação dos trabalhos por meio do sistema de dupla avaliação às cegas (***Double Blind Peer Review***).

Este número compõe-se por textos cujas abordagens oferecem ao leitor relevantes análises críticas sobre o contexto hodierno do Direito, permeando-se, pelo necessário viés do Estado Democrático do Direito.

No primeiro artigo, apresentamos como contribuição estrangeira, o texto intitulado “O sistema português de fiscalização concreta da constitucionalidade” de autoria da professora angolana Rosa Maria Fernandes Guerra, Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/Portugal. O trabalho tem por objeto de estudo, a análise do sistema português de fiscalização concreta de constitucionalidade. A pesquisa aborda a problematização da operacionalidade desse sistema de controle e a possibilidade de alteração do modelo existente, por um modelo concentrado de reenvio prejudicial, com introdução do nominado recurso de amparo, enquanto processo autônomo de defesa dos direitos fundamentais por via da Justiça Constitucional.

Outra relevante contribuição estrangeira nos é trazida pela lavra das pesquisadoras Yilly Vanessa Pacheco Restrepo, Sofía Quintero Aquite e Laura A. Giraldo Ángel, do Grupo de Investigación “Ataraxia” da Universidad Santiago de Cali, na Colômbia, que escreveram o artigo intitulado “El derecho a la verdad en la historia de los procesos de justicia transicional colombiana.” O trabalho das autoras discorre sobre “los estudios sobre justicia transicional al interior del Estado colombiano” tendo por arcabouço o debate envolvendo a questão relacionada ao “derechos a la verdad de las víctimas de graves violaciones a Derechos Humanos en el contexto del conflicto armado interno”, contribuindo para o desenvolvimento da temática naquele país.

Pablo Franciano Steffen e Daniel Mayerle, doutorandos em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI/SC), escreveram sobre a “questão da legitimidade nas normas jurídicas” à luz da doutrina de Luigi Ferrajoli e Konrad Hesse. O texto abordou a questão dos limites que podem ser impostos aos direitos fundamentais no contexto do Estado Democrático de Direito, bem como, os riscos advindos do processo de flexibilização do “conteúdo essencial” dos direitos fundamentais encartados constitucionalmente.

Gabriela Maciel Lamounier, Josimary Rodrigues Gonçalves e Taisse June Barcelos Maciel Romano apresentaram artigo sobre “os refugiados ambientais haitianos no Brasil.” O estudo aborda a questão da proteção humanitária aos refugiados e a crescente preocupação com os impactos das alterações climáticas no meio ambiente global, correlacionado de forma interdisciplinar o Direito Ambiental e o Direito Internacional Público.

O quinto artigo, escrito por Sabrina Alves Zamboni e Alessandra Gonçalves Daniel, discorre sobre o Processo Licitatório, a partir da perspectiva de estudo da aplicabilidade e eficiência da modalidade licitatória do “Pregão Eletrônico” na área de contratação da Administração Pública.

Já o texto dos autores Bárbara Van Der Broocke de Castro, Ronaldo Passos Braga e Tatiana Maria Oliveira Prates Motta analisou a questão da relativização da coisa julgada por meio dos institutos processuais da ação rescisória e da ***querela nullitatis***.

Tendo como ponto de partida, o exame crítico do “Regime de Bens”, Guilherme Abreu Lima de Oliveira e Tamer Fakhoury Filho discorrem sobre a inadequação da aplicação do regime de comunhão parcial de bens no contexto contemporâneo do Direito de Família, notadamente, diante do surgimento de novos agrupamentos familiares, lançando luzes sobre a referida controvérsia.

Fechando o presente número da Revista, o último artigo, da lavra do autor Emerson Luiz de Castro, Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito Milton Campos/MG, analisa os requisitos legais e normativos descritos no instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância do INEP/MEC, apresentando relevantes informações para regulamentação e funcionamento dos cursos das Instituições de Ensino Superior no Brasil.

A Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva e a Escola de Direito têm a honra de apresentar mais um número do periódico, permeado de articulados de qualidade e temáticas instigantes, na certeza de sua contribuição para o desenvolvimento das ciências jurídicas em nosso país e difusão do conhecimento aplicado do Direito a toda a comunidade acadêmica.

PROFESSOR DOUTOR MICHAEL CÉSAR SILVA

Editor da Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva